

A produção da cidade mercadoria e sua desconstrução poético-política: notas sobre a Praça da Estação em Belo Horizonte

*Maria Luiza Magalhães Nogueira¹
Gabriela Cicci Faria²*

Resumo

A Praça da Estação em Belo Horizonte/Brasil, consitui-se o lugar onde esta cidade planejada começou a ser construída. Com apenas vinte anos, o primeiro edifício da estação foi demolido para dar lugar ao novo, revelando um processo de construção e desconstrução que acompanha a “nova” metrópole, sempre em obras. Em 2003, essa praça central passou por uma grande reforma, justificada pela necessidade de criar espaços para grandes eventos. Em sua nova configuração, nasceu um espaço estéril, facilmente disciplinador e livre da inscrição mnemónica urbana. Ironicamente, o edifício da estação, antigamente integrado ao cotidiano urbano, deu lugar a um museu, que passou a não fazer parte do percurso da população, posicionando a cultura como um processo de gentrificação desse lugar. Em 2009, o prefeito da cidade emitiu uma ordem que proibiu a realização de “eventos de qualquer natureza” neste espaço, o que originou uma manifestação popular insurgente ocupando a praça aos sábados e convertendo-a em uma espécie de praia, tendo como lema a ocupação da cidade. A praça recebeu, então, outras formas de expressar a arte, como o trabalho “Sombra Grátis” no qual os performers sobem em escadas e abrem guarda-sois na tentativa de abrigar do sol forte os cidadãos que esperam pelos ônibus, na praça sem árvores. A partir da praia-praça e das inscrições poético-políticas que se produzem sobre a Praça da Estação, este trabalho pretende questionar como a arte e o lúdico podem contestar a produção da cidade-mercadoria.

Palavras-chave: saúde mental; prevenção; suicídio; terapia cognitivo-comportamental.

The production of the city of merchandise and its poetic-political deconstruction: notes on the “Praça da Estação” in Belo Horizonte

Abstract

A The “Praça da Estação” in Belo Horizonte / Brazil, is the place where this planned city began to be built. At the age of twenty, the station's first building was demolished to give way to the new one, revealing a process of construction and deconstruction that accompanies the "new" metropolis, always under construction. In 2003, this central plaza underwent a major renovation, justified by the need to create spaces for large events. In its new configuration, a sterile space is born, easily disciplined and free of urban mnemonic inscription. Ironically, the station's building, formerly integrated with the urban coditian, gives way to a museum, which is not part of the population's path, placing culture as a process of gentrification of this place. In 2009, the mayor of the city issues an order prohibiting the holding of "events of any nature" in this space, which originates a popular insurgent demonstration that has occupied the square on Saturdays for months, turning it into a kind of beach, which sought, as a motto, to occupy the city. The square then receives other forms of expressing art, such as the work "Sombra Grátis", in which the performers climb stairs and open umbrella to shelter citizens waiting for their buses under the strong sun of the square without trees. From the beach-square and the poetic-political inscriptions that are produced on the “Praça da Estação”, this work intends to question how art and the ludic can challenge the production of a city-merchandise.

Keywords: Mental health; prevention; suicide; cognitive behavioral therapy.

Questões urbanísticas e a cidade-mercadoria

Esse texto tem como objetivo tecer reflexões sobre o empobrecimento da vivência urbana (Kehl, 2009). Para tanto, buscamos realizar uma análise psicossocial sobre os processos que se instalaram a partir de um ponto da cidade de Belo Horizonte: a Praça da Estação.

Para entender os processos de transformação das cidades, e mais especificamente, aqueles pelos quais passou a Praça da Estação em Belo Horizonte, é preciso levar em consideração o modelo que atualmente rege a (re)construção desses territórios e das relações sociais que ocorrem em sua superfície. Da conveniência da urbanização como ferramenta mobilizadora do mercado econômico e propulsora do sistema capitalista, à compreensão da cidade como unidade espetáculo rentável, à venda, constrói-se diferentes possibilidades de vivência do urbano e, conseqüentemente, da vida na cidade.

A rentabilidade do uso da urbanização como ferramenta já é visível desde a (saída da) crise econômica e política francesa de 1848. O investimento em infraestrutura em grande escala e a reconstrução urbana parisiense, proposta e realizada por Haussmann, nesse momento

foi percebida como uma estratégia bastante eficiente para a recuperação de instituições de crédito, criação de empregos e movimentação da economia, em geral. Harvey (2013) faz referência a uma *destruição criativa*, um método de reestruturação e reorganização da cidade, de acordo com interesses de mercado e com o lucro obtido a partir da especulação.

A reprodução das relações de produção, na forma do mercado financeiro, se fortalece não apenas por essa dinâmica de produção física da cidade, mas também ideológica. Se a construção da cidade não está dissociada da construção das relações sociais, ambientais ou econômicas que se deseja (Harvey, 2013), que desejo contém um modelo de cidade orientado ao mercado financeiro? Se constrói juntamente com o território um novo modo de vida. Cidades e territórios orientados ao consumo, à absorção de capital e à proliferação de um ideal consumista. Um modo de vida conveniente com o mercado e ao desenvolvimento de um sistema específico, que dá às ruas cada vez mais um aspecto de centro comercial, definindo melhor ou pior acessibilidade à determinadas áreas, recursos e populações – o fenômeno da urbanização não está descolado das questões de classe. Não só a qualidade de vida nas cidades se tornou uma mercadoria de luxo, como o direito à

cidade foi subsumido pelo direito ao lucro e à propriedade privada.

O planejamento das cidades em função do mercado dá à questão urbana outra perspectiva a partir do momento que consideramos as ideias contidas num ideal *planejamento estratégico*. Este modelo de planejamento, que vem sendo amplamente difundido na América Latina, e tem em Barcelona seu principal exemplo, equipara as condições e desafios da cidade aos de uma empresa, e propõe, desta forma, uma nova estrutura de produção e administração (Castells em Vainer, 1999). A competitividade urbana passa a ser uma questão central: competir pelo investimento de capital e tecnologia, pela atração de novos negócios, indústrias e força de trabalho qualificada (Vainer, 1999).

É dentro de um contexto geopolítico que as cidades são situadas com suas potências, em uma vitrine, disponíveis e em busca de investimento estrangeiro. Passam a competir entre si estas “reconstruções” de cidades, orientadas a partir dos interesses do capital privado, inseridas no universo *business* como agentes econômicos. São projetos urbanísticos de ordem pública, tal como o projeto “Novo Recife”, que buscam, através de um discurso de modernidade e

melhor qualidade de vida aos seus cidadãos, se adequar às exigências desse mercado e desse ideal que posiciona as grandes cidades como “as multinacionais do século XXI” (Borja, em Vainer, 1999)

Pode-se perceber que, a partir dessa perspectiva, para além de rentável e disponível à venda, a cidade é compreendida como uma unidade. É silenciada toda a heterogeneidade do urbano, seus conflitos e seu desequilíbrio essencial não são convenientes a um modelo de cidade que se vende. A constituição de um marketing urbano, a produção e promoção de uma imagem do ideal de cidade faz sentido e é frequentemente reiterada. Cidade cartão-postal, cidade espetáculo, cidade mercadoria, cidade que cada vez mais vê o empobrecimento da vivência urbana, disciplinada e domesticada, consensual. Não há nesta cidade a possibilidade do político (Ranciere, 1996), como dissenso, mas a polícia dos espaços e de suas experiências, o peso da cidade dos negócios recai sobre a cidade essencialmente política, *polis* (Vainer, 1999). Espaços áridos, desérticos e facilmente controláveis colidem com tudo o que há de mais urbano, segundo Lefebvre (em Delgado, 2013): “[...] um lugar de desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução de normalidades e

pressões, momento do lúdico e do imprevisível”.

A cidade e a Praça

A história da cidade de Belo Horizonte se esbarra com a história da Praça da Estação. Cidade planejada, o começo da criação de Belo Horizonte coincide com o da Praça, assim como sua inauguração em 1898. Localizada no centro da capital, a praça abrigava a estação de trem, e recebia proporcionalmente maior movimento do que o atual¹, por ser o local por onde se chegava toda a matéria prima da cidade. De acordo com o site da Prefeitura de Belo Horizonte, “cercada por muitas árvores e jardins, a praça era local de recepção e despedida das pessoas que vinham conhecer as inovadoras obras arquitetônicas e urbanísticas”.

Uma promessa de cidade se viu por vezes refletida no território da Praça, que, após passados vinte anos de sua inauguração, teve demolido o edifício construído, dando lugar a outro que se adequasse às necessidades da cidade e também a essa promessa que, inevitavelmente, carrega em si uma utopia. Como já formulado, a (re)construção da cidade, leva consigo os ideais de cidade e de sociedade que se deseja.

A cidade cresceu a partir da praça, extrapolando as limitações da Avenida do Contorno, que definiam o perímetro da cidade. Sendo assim, permanece na região central, que recebe intenso fluxo de habitantes todos os dias, concentrando ali grande atividade de comércio e ócio. A população deste que hoje é denominado o “baixo-centro” de Belo Horizonte é bastante heterogênea, um misto de trabalhadores de diferentes classes, estudantes e passantes, estando a pé, dentro de ônibus ou de carros luxuosos.

No ano de 2003 a Praça passou por uma reforma significativa, justificada pela necessidade de um local que abarcasse os eventos da cidade, segundo informação da prefeitura publicada no Diário oficial do Município. A estrutura da Praça é modificada de forma radical, adequando-se mais uma vez ao discurso de cidade moderna, espetáculo². O edifício da antiga estação de trem, ao fundo, agora abriga o Museu de Artes e Ofício, reformado, limpo, destacado e protegido por seguranças e correntes na nova paisagem-palco. A esplanada da praça, vazia e cimentada, contém duas árvores simetricamente posicionadas em referência ao monumento “Terra Mineira”, em homenagem aos inconfidentes. Deserta, há bancos somente nas extremidades e por vezes saem do chão jatos de água que

compõe a geometria do projeto. Esta “Fonte Luminosa” periodicamente é acionada, mas nunca se pode saber bem ao certo quando, de forma a determinar o caminho dos passantes pela incerteza dessa praça-campo-minado. Há aí dois pontos de ônibus que levam à área metropolitana da cidade, sempre cheios e que recebem, sob o sol, centenas de usuários e usuárias diariamente.

A própria arquitetura já seria denunciante o suficiente deste projeto e do modelo de cidade/sociedade almejada, onde se reduz e determina como se dará a experiência no espaço público. Um espaço limpo e liso, árido deserto, que facilita a disciplina conveniente àquele marketing urbano. Entretanto, o controle da Praça, de seu espaço ocupação e ocupantes, não para aí. Em dezembro de 2009, para entrar em vigor em janeiro de 2010, o Prefeito da cidade lança um decreto³ que proíbe a realização de “eventos de qualquer natureza” naquele espaço.

A praça e a ocupação daquele espaço são negadas a quem habita a cidade. É a transformação literal da cidade em seu cartão-postal: limpa, disciplinada, desabitada, conveniente e, claro, utópica. Desta proibição começam a despontar no território negado diversas formas de ocupação, de reivindicação, de resgate do

espaço público e de suas possibilidades. Ebulição política. São ações que extrapolam a proibição da Praça e invocam o direito à cidade como tema central de debate e exercício. Para este ensaio, gostaríamos de destacar duas dentre algumas das manifestações que ocorreram e alguns de seus desdobramentos: A “Praia da Estação” e a ação “Das Sombras”.

A proposta para a Praia da Estação surgiu de forma espontânea e divertida nas redes sociais. Carregada de conteúdo político, ela convidava as pessoas a ocuparem a praça de forma a ser praia, a “deitar no cimento” com seus biquínis, sombrinhas e protetores solares. Vale pontuar aqui que a cidade de Belo Horizonte se situa a 500km da costa, sendo a imagem da praia algo totalmente distante do cotidiano de seus habitantes. Um “evento de qualquer natureza”, a primeira *Praia* se deu no dia 16 de janeiro de 2010, assumindo um caráter festivo, lúdico e político. Após esse primeiro encontro a *Praia* se deu de forma periódica e intensa, durante quase todos os sábados do período de janeiro a maio do ano de 2010, sempre acompanhada de perto da vigilância da polícia militar e fiscais da prefeitura, mas sem maiores confrontos. O movimento contava também com um blog⁴ aberto, ainda ativo, em que se compartilhavam com maior frequência registros da *Praia*

textuais e imagéticos, textos e discussões de conteúdo político diverso.

“De forma criativa, irônica, carnavalesca e organizada, e mobilizada através da internet de forma horizontal e espontânea, a Praia da Estação deu visibilidade para o debate público a respeito dos espaços públicos, a respeito do desenvolvimento da cidade e a respeito do poder municipal. O início do verão daquele ano foi o cenário para essa ebulição inesperada de jovens e ativistas, artistas, produtores culturais, militantes sociais e pessoas, em sua grande maioria jovens, que, de alguma forma, perceberam naquela nascente experiência uma forma de protestar e contestar os rumos da cidade e da política governamental no município.” (Oliveira, 2012, P. 25.)

Fugindo dos moldes tradicionais de manifestação política, a *Praia* se tornou também um lugar de formação política de jovens que por primeira vez tinham contato com movimentos que invocavam questões políticas. Dela também surgiram movimentos nos moldes mais conhecidos e mais institucionalizados, como o Movimento Fora Lacerda⁵ (que se posiciona contra o prefeito/empresário de cidade e suas ações de maneira geral) ou o Movimento Tarifa Zero⁶ (que foca na questão da mobilidade urbana como direito

fundamental à cidade, e propõe a adoção de um sistema de transporte público gratuito). Protestos maiores e a ocupação das avenidas mais próximas à Praça também foram desdobramentos desse movimento, porém de forma menos periódica.

Em maio de 2010 há uma modificação⁷ no polêmico decreto de proibição de eventos na Praça, estipulando critérios financeiros para sua realização, isto é, proporcionalmente ao número de dias do evento, se aluga o espaço “público” da Praça por um preço que varia de R\$ 9.600,00 (aproximadamente US\$ 3.340,00) para eventos de um a dois dias, e R\$ 19.200,00 (aproximadamente US\$ 6.670,00) para eventos de cinco a seis dias. O peso - ou o preço - da inscrição do interesse privado na gestão do espaço público não poderia ser mais claro, assim como a medida de trata de, ou pelo menos tenta, impedir a ocupação desse espaço. Após o mês de maio, com esse decreto, a *Praia* diminuiu sua periodicidade, apesar de continuar ativa e propor ocupações mais esporádicas. Os movimentos como o Fora Lacerda, o Tarifa Zero e, também um bloco de carnaval de rua⁸ que surgiu da *Praia*, continuam ativos e convidando ao debate sobre o direito à cidade e seu exercício na rua.

De forma diferente, mas tendo em comum o diálogo com a ludicidade, o Coletivo LIO⁹ propôs na Praça da Estação durante o mês de abril de 2013 a ação “Das Sombras”. Formado como uma associação de artistas multidisciplinares, envolvidos com ações que transitam entre a performance, dança, teatro, música e artes plásticas e audiovisuais, a proposta do Coletivo foi de ocupar a Praça durante todos os dias daquele mês por 30 minutos, posicionado ali um de seus integrantes em pé em cima de uma escada, com uma sombrinha aberta e uma placa pendurada no pescoço que dizia “SOMBRA GRÁTIS”. O horário escolhido para essa ação diária foi de 12:30 às 13:00, hora do almoço e de grande fluxo de pessoas na Praça e no centro da cidade, em geral.

A ação provocou reações diversas dos ocupantes da praça, passantes, trabalhadores, motoristas de ônibus, crianças. Desde a constante indagação do “porquê” daquela ação, à doação de água e comida para o performer, os habitantes da praça interagiam com aquela nova sombra, nova possibilidade na praça. Havia ali um tensionamento do cotidiano dos passantes, dos discursos de como ocupar a Praça e da determinação de suas vivências. De forma semelhante à *Praia* foi feito também um registro dessa experiência através de um blog¹⁰.

Corpos políticos, resistências poéticas

O que fazem ambas as ações é um convite a que venham a ocupar o espaço negado à civilidade, disciplinado pela cidade-mercadoria, aqueles mesmos corpos alvos de exclusão. São corpos dotados da política que considera Rancière (1996), que trazem consigo a marca do conflito, a explícita divisão de dois mundos desiguais, *city* e *polis* (entre muitos outros possíveis), que a todo tempo colidem e se sobrepõem, mas cujos ruídos da heterogeneidade são abafados em nome de uma consensualidade conveniente. São corpos que vem justamente perturbar a ordem da política da cidade consensual, que determina os lugares a serem ocupados, por quem e de que maneira.

O projeto de domesticação da cidade é inevitavelmente um projeto de domesticação dos corpos que por ela circulam e produzem ali sua vivência, suas memórias. De forma poética, lúdica, leve, faz-se um convite a rebeldia, a exercer o dissenso político-poético no espaço da cidade. É da potência da presença dos corpos na cidade que se fala. Entretanto, aqui, busca-se destacar a potencialidade de estratégias não muito bem modeladas ou consolidadas, que fogem dos modelos mais tradicionais e buscam na ludicidade, na

arte e na criatividade outras possibilidades de resistência.

Pouco a pouco na Praça foi-se construindo outro discurso, conflituoso com o que se tentava impor, sobre as possibilidades daquele território e da ocupação dos espaços urbanos em geral. A sua maneira, essas tentativas questionaram a construção e a apropriação da cidade por ideais de mercado, a redução de suas possibilidades, e invocaram um debate político. A partir da presença daqueles corpos carnavalescos se construiu uma nova vivência, novas memórias se imprimiram naquele chão cimentado, agora quente de sol e de poesia. Em resumo, é preciso assumir a potencialidade dessas resistências poéticas em construção, sem dissociá-las das práticas consolidadas dos movimentos sociais mais tradicionais, como passeatas, greves, entre muitas técnicas e ferramentas (Neaveau, 2002). É possível que estas dialoguem, se desdobrem e sigam no desenvolvimento criativo de suas lutas.

O decreto que determina o aluguel da Praça ainda segue, é preciso destacar. Mas seguiu-se também sua ocupação e a constante (re)construção de suas possibilidades e vivências. A Praça da Estação ocupa hoje no cenário político da cidade, um lugar de destaque, marco de

resistência, e que carrega incontáveis inscrições mnemônicas, para além das manifestações destacadas e outros movimentos políticos, na direção contrária às reiteradas tentativas de silenciamento.

A Praia também reproduz: Um olhar crítico sobre o movimento

Este último apartado se justifica pela necessidade do exercício da reflexividade na produção dessas novas formas de ação social (e também naquelas mais consolidadas). Ainda que seja inegável a potencialidade dessas expressões de resistência na Praça, romantizá-las não agrega em nada à sua construção e à construção de novos caminhos de resistência. Dentre algumas questões que podiam ser exploradas, nos detemos brevemente a duas, a questão da apropriação pela indústria cultural institucionalizada e a questão da reprodução de desigualdades que permeia os movimentos aqui apresentados (e muitos outros).

A questão a tentativa de apropriação do movimento da *Praia*, principalmente, pela indústria cultural institucionalizada vem em tom de denúncia, mais uma vez, das incongruências do projeto da cidade-mercadoria. A própria organização da agenda cultural da Prefeitura contatou

membros participantes da Praia da Estação na intenção de agregar aquela manifestação festiva à sua programação. À primeira vista, um movimento que dota a cidade de política e de dissenso pode parecer incompatível com um modelo de cidade controlável que busca investidores. Entretanto, e essa é uma questão que será brevemente discutida mais adiante, a *Praia* é um movimento majoritariamente formado por uma juventude intelectual branca. Dentro dos moldes da cidade-cartão-postal almejado pela Prefeitura de Belo Horizonte, cabem manifestações de “alta cultura” realizadas por uma “elite intelectual”. São trechos de um discurso hierarquizante e que, claro, exclui e marginaliza uma série de outras manifestações culturais e parcelas da população, mas que faz sentido na construção de uma cidade sofisticada aos olhos do capital estrangeiro. A *Praia* foi inclusive tema de artigo de uma revista¹¹ destinada à classe alta do estado de Minas Gerais, que reiterava a construção desse discurso e de uma imagem conveniente do movimento, o que parece servir muito bem a um processo de gentrificação que vem sendo imposto na região.

Essa discussão também foi trazida ao território da *Praia*, que seguiu explicitando seu caráter político, e sendo realizada independente das tentativas de

institucionalização. A cidade-mercadoria busca incorporar e vender inclusive as tentativas de resistência a seu modelo.

A questão da reprodução de desigualdades nos movimentos sociais é complexa e é tema de estudos mais aprofundados. Nos cabe aqui apenas pontuá-la, na tentativa de explicitar essa reprodução e a urgência de sua discussão, principalmente no que diz respeito às diferenças de classe, raça e gênero.

A construção colonial e capitalista de uma nação deixa muitas consequências. No Brasil, algumas delas passam pela questão de classe, muito associada à questão de raça. Como já mencionado, os participantes da *Praia* e também do LIO, são em sua maioria pertencentes a uma elite intelectual branca, que apenas reflete essa construção e participa, de uma forma ou de outra, de sua reprodução cotidiana. Ainda que sejam movimentos dotados de consciência política, carregam o peso dessa história, e vez por outra percebem-se casos em que a diferenciação e hierarquização entre “brancos intelectuais politizados” e “negros pobres da periferia” é mais explícita, assim como as reproduções das desigualdades de gênero e o controle do corpo da mulher no espaço público, ainda frequentes.

Como um movimento que se faz na rua e em um espaço da cidade habitado pela diversidade, tensões atravessadas por desigualdades de raça, classe e gênero inevitavelmente apareceram do processo da *Praia*. Relatos de conflitos foram disseminados pelas redes sociais em atos múltiplo de escracho, denúncia e autocrítica.

Observamos que a *Praia* teve dificuldades de definir passos, assumir posições e dialogar com outras parcelas da sociedade, com outros movimentos. Sua vontade de potência não se configurou como deserção. Talvez, o movimento represente o embate entre a deserção e o espetáculo. De certa forma, a *Praia* soube aproveitar a dimensão espetacular de sua existência, em trajes de banho e clima de festa, na Praça. Havia uma inventividade presente também nos materiais de divulgação, textos e soluções propostas pelo grupo, elementos que trouxeram ainda mais *intensidades* àqueles acontecimentos. Além disso, conforme podemos ler a partir de um olhar sociohistórico sobre a cidade

de Belo Horizonte e, especificamente, sobre as intervenções em seu hipercentro, havia ali processos anteriores, nos quais o público na *Praia* não havia se integrado.

O que é possível identificar, desse modo, é que a resistência buscada pela *Praia* foi canalizada como material de fortalecimento de uma nova produção simbólica para a Praça da Estação, agora, enobrecida pela via da cultura. As ações da prefeitura começaram atingindo o projeto arquitetônico da praça, mas, em especial, foi sua dimensão simbólica, no imaginário da cidade, que saiu transformada. Inscrevesse ali, aos poucos, outro lugar em Belo Horizonte. Monta-se o cenário de uma imagem da cidade, uma imagem pronta, cartão-postal, daquilo que a cidade pareceu sempre buscar: o novo a partir do conservador, a cultura de verniz, contida e limpa. A cidade a ser *amada radicalmente*¹² mesmo que esvaziada de experiências radicais. A cidade contida, contemplável.

Referências

Belo Horizonte. Praça da Estação acompanha a história da cidade. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=historia&lang=pt_BR&pg=5780&tax=22380>

DELGADO, M. O espaço público como representação. Espaço urbano e espaço social em Henri Lefebvre. 2013. Disponível em: <http://www.revistapunkto.com/2014/01/o-espaco-publico-como-representacao_9694.html>

HARVEY, D. O direito à cidade. Revista Piauí, ed. 82. São Paulo. Julho, 2013.

JACQUES, P. Notas sobre o espaço público e imagens da cidade. Ver. Arquitextos/Vitruvius. v 110. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>>

NEVEU, E. **Sociología de los movimientos sociales**. Capítulo 1. Hacer editorial. Barcelona. 2002.

NOGUEIRA, M. Corpos Políticos. III Seminário Internacional Urbicentros. Salvador, 2012.

NOGUEIRA, M. Entreatos: Juventude, política e espetáculo.

RANCIERE, J. O Dissenso. In. BIGNOTTO, N; NOVAES, A. (Orgs.) **A Crise da Razão**. São Paulo: Cia das Letras. 1996, p. 367-382.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. Porto Alegre, 1999.

Notas de fim

¹ Dados retirados do site da Prefeitura de Belo Horizonte.

² Ver Anexos: Imagens 1, 2 e 3.

³ Decreto Nº 13.798, de 09 de Dezembro de 2009: “O Prefeito de Belo Horizonte, no exercício de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 31 da Lei Orgânica Municipal, considerando a dificuldade em limitar o número de pessoas e garantir a segurança pública decorrente da concentração e, ainda, a depredação do patrimônio público verificada em decorrência dos últimos eventos realizados na Praça da Estação, em Belo Horizonte, DECRETA: Art. 1º – Fica proibida a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta Capital. Art. 2º – Este Decreto entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2010. Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2009. Márcio Araújo de Lacerda. Prefeito de Belo Horizonte”

⁴ Endereço web: <<https://pracalivrebh.wordpress.com>>

⁵ Para maior aprofundamento: <<https://www.facebook.com/Mov.Foralacerda>>

⁶ Para maior aprofundamento: <<http://tarifazerobh.org/wordpress>>

⁷ Decreto Nº 13.961, de 04 de maio de 2010: “ O Prefeito de Belo Horizonte, no exercício de suas atribuições, em especial as que lhe conferem o inciso XVI do art. 108 da Lei Orgânica do

Município e o art. 40 da Lei nº 5.641, de 22 de dezembro de 1998, DECRETA: Art. 1º – O Anexo I do Decreto nº 9.687, de 21 de agosto de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte Grupo II-A: “II-A – UTILIZAÇÃO DA PRAÇA DA ESTAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS, PROPORCIONALMENTE AO NÚMERO DE DIAS: 1- De 1 a 2 dias... R\$ 9.600,00; 2- De 3 a 4 dias... R\$ 14.400,00; 3- De 5 a 6 dias... R\$ 19.200,00.” (NR) Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 04 de maio de 2010. Márcio Araújo de Lacerda Prefeito de Belo Horizonte.”

⁸ O surgimento do carnaval de rua de Belo Horizonte está muito associado à criação do bloco de carnaval da Praia, um desdobramento do movimento. No ano de 2015, o carnaval de rua de Belo Horizonte recebeu cerca de 1,5 milhão de pessoas, de acordo com o Jornal O Tempo.

⁹ Para maior aprofundamento: <<https://liocoletivo.wordpress.com>>

¹⁰ Disponível em: <<https://liocoletivo.wordpress.com/antologia/das-sombras>>

¹¹ Revista Encontro.

¹² Referência ao slogan Eu amo BH radicalmente, proposto pelo Belo Horizonte Convention & Visitors Bureau em 2006.

Sobre os autores

¹ *Maria Luiza Magalhães Nogueira* | malu.mnogueira@gmail.com | professora adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais | Pesquisa e atua na interrelação entre diferença, espaço, alteridade e produção de subjetividade. É professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Geografia/UFMG (2013), com tese sobre a produção do espaço e a experiência subjetiva contemporânea, tendo realizado estágio de doutorado sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Possui mestrado em Psicologia/UFMG (2004) e é psicóloga.

² *Gabriela Cicci Faria* | Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais

Aprovado em: 31/07/2018*

*A Seção de Convidados não possui avaliação *ad hoc*, a data em questão se refere à data de recebimento do manuscrito pelo Corpo Editorial.

]

Anexo 1 – Imagens



Figura 1 – Praça da Estação, Belo Horizonte. Fonte: Igor Torres. Arquivo das autoras, Belo Horizonte, 2009.



Figura 2 – Chamado para a primeira Praia da Estação, Belo Horizonte, 13 de janeiro 2010. Fonte: Arquivo das autoras, Belo Horizonte, 2010



Figura3– Eventão Praia da Estação, Belo Horizonte, 2010.
Fonte: Arquivo das autoras, Belo Horizonte, 2010.



Figura 4 – Coletivo LIO
Fonte: Arquivo das autoras, Belo Horizonte, 2013.